

TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO: VERSÕES DE UM MESMO E (E)TERNO TEXTO

Amanda E. Scherer
Laboratório Corpus/DLCL/UFSM
amandael@terra.com.br

Resumo: Vamos propor aqui algumas reflexões acerca da relação língua, sujeito e sentido, relação muito cara para as nossas pesquisas contemporâneas. Para tanto mobilizaremos o conceito de interpretação do campo discursivo para refletirmos sobre o lugar do sujeito e sua relação com a (s) língua (s) no ato de traduzir. Estamos propondo pensar essa relação e ver como ela pode permitir o seu entremeio no funcionamento do processo de constituição do sujeito e da língua na prática discursiva da tradução.
Palavras-chave: Interpretação, variação, língua, sujeito e tradução.

Abstract: We are proposing here some reflexions around the relationship to language, subject and meaning, a relationship very important to our actual research. In order to do this, we will deal with the concept of interpretation of discourse / discourse analysis in order to reflect then on the room devoted to the subject and its relationship to a specific language / various languages in the act of translating. We intend to think this relationship and see how it enables an in-between in the process of building the subject and the language while producing the translation discourse.

Keywords: Interpretation, variation, language, subject and translation.

Um protocolo de intenções

É um duplo prazer podermos estar aqui nesta semana de discussões sobre o lugar da Tradução e, principalmente, nesta mesa-

redonda que tenta dar conta do ‘aparelho’ (à la Althusser) da Análise de Discurso na problemática da interpretação e seu papel na tradução.

Duplo, primeiro pelo convite feito pela equipe do PGET (Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução) e segundo, pela nossa satisfação em dividir essa mesa-redonda com a professora Silvana e com o professor Pedro que conhecemos de longa data. A professora Silvana, pelas suas reflexões acerca do acontecimento da língua no/pelo sujeito que se revela pela possibilidade e pela impossibilidade do dizer. As identificações com a Argentina, com o Brasil, com a França e, mais recentemente, com os Estados Unidos. Esse não lugar, já lugar, do sujeito na língua do outro e já também sua. O professor Pedro, que, em outra ordem discursiva, nos coloca frente a um outro ponto da língua. Como dizer não dizendo a cor, o sexo e, ao mesmo tempo, já tão presentes na língua do Pedro.

Dizer também da nossa satisfação em voltar à Universidade Federal de Santa Catarina e, dessa vez, para falar não só de Francês como o ensino de uma língua estrangeira, mas do lugar dessa língua em um Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Gostaríamos de agradecer ao Walter Carlos Costa, à Marie-Hélène Catherine Torres e também à Zélia por esta chamada.

Findo o protocolo de acordo social, mas para nós muito mais que social um protocolo ético e de respeito com toda a equipe do PPGET tentando colocar pessoas como nós três, tão distintas da área da tradução, mas que temos certeza ajudarão a pensar, também, o lugar da fronteira disciplinar sobre/na/da tradução e sua relação com a AD.

I Parte: Leituras, lugares e tradição(dução)

Estamos um pouco à la Drummond, do tipo vai Amanda vai ser gauche na vida e tentando com todas as barreiras da institui-

ção universitária romper as amarras disciplinares: não somos da Lingüística Aplicada para os lingüistas aplicados; não somos da Análise de Discurso para os analistas mais acirrados; não somos mais do francês porque não ensinamos mais essa língua (e o que seria ensinar essa língua no estado atual no Brasil?); não somos da Lingüística Pura porque não temos “muito claro”, segundo alguns colegas, uma teoria ‘pura’ para descrição da língua. Aliás, não é à toa que estamos voltando constantemente ao texto de Marc Augé sobre o não lugar (Augé, 1992). Qual é o nosso lugar na área da Lingüística, da AD, da LA? Foi por isso que aceitamos este desafio: de estar em uma mesa-redonda sobre a tradução e sua relação com a AD. Somos considerada complexa, eclética, sem lugar e é daí que vamos falar para vocês e abrir um outro não lugar, o lugar da/na tradução. Sabemos também que é impossível separar o que fazemos e o que somos quando, publicamente, somos interrogados sobre um tema que foge à nossa especialidade. O que dizemos quando nos colocamos e nos sentimos nesse caso?

Pensamos muito, lemos um tanto mais, relemos muito, muito texto traduzido nessas últimas seis semanas depois do convite aceito. No início, redescobrimos pessoas que pensávamos esquecidas. Afinal o que é o esquecimento senão um arquivo de lembranças silenciadas. Lembrar para esquecer e esquecer para lembrar. Um exercício constante de uma inscrição no movimento na/da língua pela ausência/presença consciente/inconsciente na constituição de sujeitos e de discurso.

Relemos Paulo Rónai, Paulo Ottoni, Francis Aubert e também Jacques Derrida, Paul Ricoeur, Alberto Manguel, Jorges Luiz Borges, Walter Benjamin. Perguntamo-nos sobre o lugar da tradução/interpretação em Althusser sobre a sua leitura de Marx; sobre a leitura de Foucault sobre Nietzsche nos fazendo entender a sua arqueologia do saber; a de Lacan sobre Saussure; a de Barthes sobre o próprio conceito de leitura e escritura, o seu grau zero.

A partir do inventário dessas leituras, releituras, fomos construindo nossa fala. Deparamos-nos com uma tarefa difícil de ser

solucionada em um plano mais geral de compreensão e interpretação. Primeiramente, organizar esse conjunto de textos para poderemos estabelecer uma certa ordem discursiva, a fim de refletir sobre a tradução como acontecimento discursivo da língua pela língua na língua do outro. Depois, essas (re)leituras representariam vários artifícios de linguagem que dependendo do percurso do leitor, elas poderiam ou não conduzir para o que desejaríamos que fosse realizado, tentando ingenuamente controlar o terceiro falante. Para tanto, vamos trazer aqui alguns pontos que seriam interessantes para uma discussão a posteriori.

O que queremos dizer, a partir desse percurso, é que a leitura não pode mais ser considerada como uma decodificação, e sim como o lugar de interpretação. Deslocamos então o velho didatismo do que “o texto quer dizer” para o como, isto é, os mecanismos dos processos de significação não só com o que partes podem significar, mas, inclusive, com as regras que tornam possível qualquer parte (Orlandi, 1996). Sabemos, não há possibilidade de um só sentido, porque o sujeito é constituído por gestos de interpretação. O sujeito é interpretação (Orlandi, 1996).

Outro ponto que gostaríamos de levantar, e que já faz algum tempo que estamos refletindo, é sobre o lugar do sujeito na língua e a constituição da subjetividade colocando em relação às noções de interpretação/tradução. Nesta oportunidade, queremos retomar algumas idéias já apresentadas em textos anteriores relacionando o tema em questão ao envolvimento do sujeito na língua e pela língua. Temos estudado a relação entre língua, sentido e discurso tal como funcionam na prática de linguagem constituindo o sujeito, nesse caso: sujeito-tradutor. Vamos tomar como referencial teórico duas obras de Orlandi (1996 e 2001) considerando os conceitos de interpretação, variação - versões para a tradução.

O fato de colocarmos em relação os conceitos de interpretação e tradução, faz com que nos desloquemos do conceito clássico de língua da Linguística tradicional para examiná-la no campo dos estudos discursivos. Dessa forma, constitui um trabalho sobre o lugar

do sujeito-tradutor e sua relação com a(s) língua(s) em questão no ato de traduzir. Estamos propondo pensar essa relação e ver como ela pode permitir o seu entremeio no funcionamento do processo de constituição do sujeito e da língua na prática discursiva da tradução. O que vamos perceber, a partir dos exemplos que escolhemos, é a tensão entre o sujeito e o texto na constituição da subjetividade no ato de traduzir.

Vamos apresentar, primeiramente, alguns exemplos que, a partir de nossa perspectiva, poderão ajudar a entender a relação que estamos propondo da AD e o campo disciplinar da Tradução.

Começamos por um dos últimos filmes que vimos: *Um filme falado* (2005), do diretor português Manuel de Oliveira, cujo tema, para nós, é uma tradução contemporânea do caminho marítimo para as Índias. Pensamos em cenas interessantes e fortes, quando cada personagem, em um dado momento, fala sua língua e todos se “entendem” sem a necessidade de um “tradutor”. Uma torre de babel revisitada. Quem seria o tradutor nesse caso: o diretor ou o sujeito a que assiste?

- Ou ainda um outro texto, agora não mais fílmico, mas o romance de Mia Couto: *O último vôo do flamingo* (2005) que começa por um problema de tradução, ou seja, o papel imposto a alguém para traduzir uma língua que o sujeito a ser traduzido e interpretado fala a língua em questão, ou como coloca o narrador na “sua introdução” à obra:

Fui eu que transcrevi, em português visível, as falas que daqui se seguem. Hoje são vozes que não escuto senão no sangue, como se a sua lembrança me surgisse não da memória, mas do fundo do corpo. É o preço de ter presenciado tais sucedências. Na altura dos acontecimentos, eu era tradutor ao serviço da administração de Tizangara. Assisti a tudo o que aqui se divulga, ouvi confissões, li depoimentos. Coloquei tudo no papel, por mando da minha consciência. Fui acusado de mentir, falsear as provas do assassinato. Me condenaram. Que eu tenha mentido, isso eu não aceito. Mas

o que se passou só pode ser contado por palavras que ainda não nasceram (2005, p. 9).

- Um outro texto, aquele de Jorge Amado conversando com Alice Raillard (1990). Essa(s) conversa(s) acontece(m) em português e, como sublinha Raillard, elas: “ne pouvaient avoir lieu que dans son pays et dans sa langue” (1990, p. XIII). A voz de Jorge Amado reproduz o ritmo tão fortemente marcado de sua escrita. Um texto pleno no seu sentido discursivo entremeado de vida, de história e de reflexão sobre o ato de traduzir. Os dois conversam sobre cultura brasileira, sobre o ato de escrever e, principalmente, sobre a relação tradutor versus escritor versus tradutor. Esse texto é revelador também do papel do tradutor.

- Ou ainda, os textos de escritores que vivem sempre entre 2/3/4/5 língua(s) e as interrogações que os mesmos fazem a respeito do que seria a língua eleita para escrever. Pensamos nessa comunidade de judeus errantes, como também pensamos no mundo africano que é escrito em francês, em inglês, em alemão para poder se falar de sua língua. Ou ainda, os do tipo Patrick Chamoiseau, esse Guimarães Rosa crioulo, por exemplo, com sua obra **Texaco** (1992).

- Ainda um outro exemplo: esta nova versão das **Livro das Mil e Uma Noites**, primeiro e segundo volume que está saindo no Brasil, que é chamado de ramo sírio, segundo convenção da crítica filológica. É interessante ler a introdução do volume I, quando o tradutor, Mamede Mustafa Jarouche, explica a sua *versão* sobre o texto que traduz.

Por que estamos apresentando todos esses percursos, esses gestos de leitura? Porque, em nosso entender, esse contexto na/da multiplicidade de língua no interior da própria língua, isto é, conhecer uma/várias língua(s) faz do sujeito-tradutor um sujeito de línguas com s sempre plural e heterogêneo.

II parte: Fronteira na/da língua, limites do (im)possível

Vamos explicitar mais alguns percursos, agora com mais detalhes:

O **primeiro**, o texto publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 27 de março de 2004. É interessante como o sujeito-autor-tradutor, Adão Iturrugarai, nos diverte com a personagem sempre à beira do abismo a se questionar sobre a vida e sobre a sua existência cujo título já é um *acontecimento enunciativo* (Indursky, 2004). Pensar a vida na expressão da canção francesa **La vie en rose** é pensar na própria constituição de sujeito e de sociedade. Para essa personagem, Deus é sempre culpado de sua sorte. No caso desta que apresentamos abaixo, Adão Iturrugarai nos coloca duas *versões* do mesmo texto (Orlandi, 2001). Vejamos a seqüência:



As questões que permanecem são: qual a razão das versões no dizer em línguas diferentes? Seriam possíveis duas versões do mesmo tema em línguas diferentes? Seria o caso de só se poder dizer palavrão em língua estrangeira, em um jornal como a Folha de São Paulo? Em nosso entender, no entanto, o que temos são sentidos que se movimentam, que se bifurcam, que se resvalam, que se dilatam e que se encontram. Tanto faz que o dito esteja posto na língua escolhida. Uma versão pode nos remeter à ironia e a outra ao xingamento, mas as duas línguas se manifestam pela problemá-

tica da discursividade entre : **la vie en rose** e **la vie qui n'est pas en rose**. Mas seria possível associar uma a outra? Elas falaria a mesma coisa?

O segundo: o texto **L'Egal des dieux**: cem versões de um mesmo poema grego, de tradução latina, e as traduções em língua francesa reunidas por Philippe Brunet (1998). O poema referido é *l'Ode à l'aimée* de Sapho¹. Este inscreve-se em um movimento de interpretação/re-tradução/interpelação, sem cessar, em razão de seu caráter descontínuo, fragmentário, sempre lacunar.²



RAPHAËL : LE PARNASSE
(VATICAN : CHAMBRE DE LA SIGNATURE - DÉTAIL)

A reunião proposta por Brunet (1998) procura nos proporcionar uma visão da totalidade das versões existentes em francês, por considerá-la como um conjunto em que a multiplicidade de formulações possíveis tenha um sentido. Poderíamos refletir aqui sobre a noção de autor (Foucault, 1992) e de autoria (Orlandi, 2001), mas o que consideramos, em um olhar discursivo, são as versões de um mesmo texto. Qual a versão autorizada? O que faz com que uma

ode ao amor possa transmutar sentimentos, os mais profundos, os mais apaixonados, possa conjurar a ausência do(a) bem amado(a), ao mesmo tempo, afirmando a impossibilidade absoluta de ficar perto morrendo. O que sabemos é que “o sujeito é interpretação. Fazendo significar, ele se significa” (Orlandi, 2001, p. 22) e as traduções sucessivas aparecem como variações de um discurso amoroso, mas sempre em relação a. Como afirma Pêcheux “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1988).

O **terceiro**: o livro **Histoire de l'autre**³, a história dos israelenses e dos palestinos contada cada uma delas por um grupo de professores das duas nacionalidades.

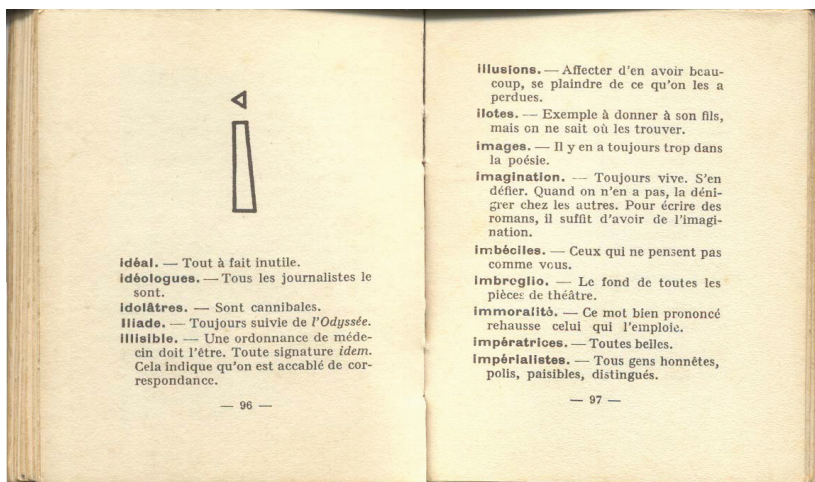


Duas narrações do mesmo acontecimento estão desenvolvidas e escritas em paralelo, colocadas lado a lado, em uma mesma página. Uma espécie de manual de história para escolas e colégios de Israel e da Palestina, redigido por professores de ambas as nacionalidades. Um belo exemplo de respeito recíproco ao outro. Duas narrações dissonantes, pois a “verdade” de uma não é a “verdade” da outra. Se existem escolhas, a verdade não pode ser só uma. As duas histórias têm um prefácio forte e denso de Pierre Vidal-Naquet, esse grande historiador pertencente a uma família judia, mas não sionista, e que, desde 1967, vinha lutando pela coexistência dos dois povos. Ao tentar aproximá-las, o grupo de professores já toma um passo importante em direção ao diálogo, dando prova de uma extraordinária tolerância da/na história de Israel e da Palestina. É interessante nesse texto que os acontecimentos narrados não são os mesmos e são poucos os que se encontram, tendo, inclusive, páginas em branco silenciadas pela história do outro. “Certains silences sont assez étonnants” (2004, p.11), pois eles “movimentam-se, deslocam-se, rompem espaços de sentidos fixados” (Orlandi, 2001, p. 143). Poderíamos afirmar, assim, que “são percursos significando na forma mesma em que irrompem os discursos. Prendendo-se na rede (tramas) das suas múltiplas versões.” (Orlandi, 2001, p.183). Como nos explica Vidal-Naquet: “Il y a dans toute histoire nationale quelque chose d’irréremédiablement subjectif et il serait infantile de s’en étonner et plus encore de s’indigner. Comment le vécu des deux peuples ne serait-il pas incompatible?” (2004, p. 10) Seria ingênuo de nossa parte pedir a eles que escrevessem a mesma história, porque os dois povos têm seus traumatismos, e cada um sua história pessoal de acordo com o que eles viveram: os israelenses, pela lembrança do genocídio e os palestinos, pela expulsão. O que temos então são versões remetendo à dispersão: dispersão de texto e de sujeito (Orlandi, 1988). De toda forma, “le propre d’une histoire est pouvoir toujours aussi bien être ou ne pas être une histoire. Elle seraient trop simples aussi si la certitude des événements allait de pair avec celle des sujets” (Rancière 1992, p.08).

O quarto, as obras **Au Jardin des Malentendus: le commerce franco-allemand des idées**, textos editados por Jacques Leenhardt e Robert Picht, em 1990, e o **Dictionnaire des idées reçues**, de Gustave Flaubert, de 1911⁴, são dois textos interessantes do ponto de vista da história das idéias e das mentalidades. O primeiro, uma espécie de inventário de noções, personagens e acontecimentos que funcionam na relação franco-alemã. São ruídos, equívocos, rancores já constituídos. Parecidos e estranhos. O outro e o mesmo. Fantasmas de uma história construídos para “qualificar” o outro de diferente. O francês com os seus ancestrais Lancelot e Descartes e o alemão com Siegfried e Beethoven. Particularizando seu passado para tornar particular a idéia mesma de identidade, na vontade ingênua de estabilizar sentido e história. Encontramos aí a própria noção de história, de língua, de nação, de pátria, de cultura, de civilização para a história alemã e francesa. Na procura de uma definição, o que temos são ruídos e versões. Versões na tentativa de explicar uma possível definição. Mas o quê é a definição senão a estranheza:

qui porte le langage à la tautologie, à définir de définir em rond. Parler, écrire ne semblent efficaces, qu'à fuir la tautologie. Sophisme, de poser que le langage tout entier est une vaste tautologie, mais si immense qu'elle en est invisible, la réduction à laquelle la définition le contraint la mettant en évidence. Dire quelque chose n'est pas dire deux fois la même chose, mais toujours autre chose. Parce qu'il y a le monde. (Meschonnic, 1991, p.97)

A segunda obra é também um inventário sob forma de um dicionário em que Flaubert re-inventa, re-escreve “tout ce qu'il faut dire en société pour être un homme convenable et aimable” (Flaubert, 1976, p. 12). Vejamos a letra i:



Mais uma vez voltamos à língua, que em jogo, produz sentidos pela substituição. O deslizamento de sentido entre elas nos leva a re-afirmar a interpretação como constitutiva da língua. A língua dá lugar à interpretação. A língua é interpretação (Orlandi, 1996). “O que vemos é um lócus de tensão entre a formulação (atualidade) e a constituição (memória)” (Orlandi, 2001, p. 90). Mas toda a palavra pode significar tudo? Não, é justamente esse “au-delà ou en deça, jamais sur le trait sur la lettre, en écart” (Robin, 2003, p. 7), entre o que pode e deve ser dito (Pêcheux, 1988), tateando os pontos em que os sentidos se identificam em suas condições de produção, significando apenas algumas partes, deixando, no entanto, “a possibilidade das muitas versões, das múltiplas formulações possíveis, os sentidos em suspenso” (Orlandi, 2001, p. 213) fazendo nos subverter, deslizar, resvalar nos colocando em outro lugar.

III parte: Questões suspensas no tempo pelo espaço, sem respostas

Analisando o corpus apresentado em uma prática de linguagem, é possível entendermos os processos discursivos que nos indicam o funcionamento da língua no discurso, o sujeito da língua, em um movimento entre as possibilidades de língua no interior da própria língua na história do sujeito tradutor. Uma língua passível de jogo, de significação aberta, mas, ao mesmo tempo, regida, controlada, administrada. Repetição e diferença na discursividade. (Orlandi, 1996).

Primeira questão que se suspende no tempo:

Por que a Tradução, no Brasil, vem vinculada ainda à Linguística Aplicada? Por que traduzir tem a ver com o ensino e aprendizagem de línguas? Qual o lugar da pesquisa sobre a tradução nas Ciências Humanas no Brasil? Será que ela não precisaria repensar o seu lugar? Quais seriam essas relações com a Linguística Aplicada na história da disciplinarização no Brasil? E o quê poderia vir a ser uma disciplina autônoma (aqui no sentido foucaultiano) ?

Segunda questão que se suspende no espaço:

Qual é o espaço de uma teoria ou de teorias linguísticas na formação do pesquisador em tradução e do tradutor? E qual é o espaço da língua estrangeira nesse mesmo contexto? Se ela continua sendo estrangeira, ela pode nos ajudar a pensar no lugar da tradução nesse tipo de programa de pós-graduação? Se ela é estrangeira, ela é estrangeira ao leitor ou ao tradutor, e o tradutor é um leitor separado do tradutor? O que faltaria para podermos falar de ciência linguística da/na tradução?

Terceira questão sem respostas:

Também outra questão se impõe: qual a relação nos estudos lingüísticos sobre o ensino da língua materna e da língua estrangeira? Haveria uma hipótese possível? Como sabemos, viver a tradução é viver eternamente no convívio de várias línguas: a língua do tradutor, do texto, do leitor e cada uma delas em várias outras no entremeio de outras tantas. Seria possível pensar a tradução a partir de uma concepção lingüística de significação? O acontecimento na língua pela língua e na língua do sujeito é um acontecimento constitutivo de todo o gesto de leitura do tradutor? O que é uma tradução e o que é um tradutor? A tradução não seria uma negociação?⁵ Então pensar em tradução é pensar em negociação de sentidos entre sujeitos, no político próprio da negociação. É pensar interpretação na sua totalidade e na sua ausência, na falha, no ponto de deriva de sentido e de sujeito. Portanto, sem a língua (as línguas) não se poderia falar de tradução porque não existiria a tradução caso não existisse outra língua?

Quarta questão ainda suspensa:

Um conflito de certo modo permanece: a ordem da tradução é puramente da ordem lingüística? Para nós, a Lingüística da língua não dá conta da tradução, enquanto acontecimento que nasce na língua. Essa tendência tem por parâmetros a língua ideal, a língua do consciente na sua matéria em si, aquele velho tratado de domesticar, “dominar”, como dizem alguns estudiosos da língua. Porque para eles, a tradução está na ordem dos dados e dos fatos da língua e não no acontecimento propriamente dito. Porque traduzir não é tão somente sair de sua língua em direção em outra língua, é sair de uma língua, passar pela outra e voltar à primeira e assim sem cessar. Mas voltamos ao nosso ponto inicial – o espaço da Lingüística e o espaço do ensino da língua reuniriam quais campos disciplinares? Lingüística, Lingüística Aplicada ou uma disciplina voltada na sua episteme sobre a interpretação. Qual o campo disciplinar que se volta para a interpretação e para os sentidos?

IV parte: Formulação da/na versão na suspensão dos sentidos.

Nossa pergunta é: como a interpretação para o tradutor se significa? qual é o espaço simbólico que lhe é posto/destinado? Esse espaço, para nós, é o espaço da textualidade, vestígio estruturante de sujeito, de língua e de significação. Poderiam, dessa forma, a incompletude e a dispersão serem constituídas pela/na discursividade. No entanto, “trata-se sempre da formulação da discursividade” (Orlandi, 2001, p. 183). Para nós, a relação ao saber sobre a língua está em relação ao mundo imbricado em duas noções: a escolha e o projeto da escolha, porque não existe escolha no tempo: um projeto de tradução não é um projeto por si só; é um processo que se constrói no tempo pelo princípio da experiência da/na língua. A nossa formação está ainda muito centrada no mundo da referência, referência a um social, referência em relação ao mundo manifesto. No entanto, sempre haverá negociação de sentido em relação à referência. Se há sujeito, é porque tem sentido. Portanto, para a tradução “a variação é a condição da formulação que permanece nas múltiplas possibilidade que aí se inscrevem” (Orlandi, 2001, p. 84).

Ao nosso ver, o tradutor deve acompanhar o jogo sinuoso (Orlandi, 2001) de formulações, para poder instituir uma relação com a textualidade sem perder-se na estabilidade e para poder observar o movimento da interpretação. “Se o acaso joga em permanência no discurso” (Orlandi, 2001, p. 213), o tradutor precisa entender esse acaso para poder fazer frente ao seu trabalho de tradução. “Não porque ele joga com o sentido, mas porque ele aceita o acaso como parte de sua tarefa” (Orlandi, 2001, p. 213) e porque é justamente nessa fronteira, acaso não acaso, entre o que pode e deve ser dito (Pêcheux, 1988) que o tradutor vai tecendo os fios discursivos, dando possibilidade às versões, às formulações, tendo por eixo a variança. Quando os sentidos se movem, nós nos movemos em diferentes processos de significação e essa fronteira de que falamos, nos ajudará a romper o automatismo, desestruturando a rede de significação já instalada.

Para nós, tradução é a escritura em processo desejante, é um processo de inscrição no espaço entre línguas, entre histórias. Exposição ao equívoco. Efeito metafórico entre o mesmo e o diferente. Particularidade da língua no discurso. Tradução é também o dizer em ato. Esse exercício monolíngüe, esse espaço de fala de uma língua em outro espaço da falta. Esse exercício de se perder no acaso em (per)curso de (re)dizer o já dito em outra língua. É falar com palavras alheias. Ela é o próprio da ilusão faltante. Língua própria versus língua estranha. Escritura alheia entre a língua e o discurso pelo jogo da interpretação nas formulações possíveis em múltiplas versões. Estranho deslize na verdade e no erro da/na história pela interpretação nas versões possíveis de língua e de sujeito. Para nós, portanto, traduzir é acima de tudo um ato político, capaz de trazer em seu bojo uma memória, às vezes mais e às vezes menos explícita; extrapolando os limites da língua, mas revelando-se nela e por ela.

Notas

1. Imagem retirada da obra em questão.
2. Segundo Haddad-Wotling (1998, p. 07) a primeira versão apresentada é a de Catulo (1472, Veneza).
3. Segue abaixo a capa do livro em questão.
4. Texto editado trinta anos após sua morte, em 1911.
5. “Traduction comme négociation”: conferência de Umberto Eco, em 27 de janeiro de 2004, na Université de Franche-Comté, em Besançon.

Bibliografia

AMADO, J. *Jorge Amado conversations avec Alice Raillard*, Paris, Gallimard, 1990.

AUGE, M. *Non-Lieux*, Paris, Editions du Seuil, 1992.

BRUNET, P. *L'Egal des Dieux*, Paris, Editions ALLIA, 1998.

COUTO, M. *O último vôo do flamingo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

CHAMOISEAU, P. *Texaco*, Paris, Gallimard, 1991.

FLAUBERT, G. *Dictionnaire des idées reçues*, Paris, Aubier editions Montaigne, 1976.

FOUCAULT, M. *O que é um autor*, Lisboa, Passages, 1992.

INDURSKY, F. *A noção de sujeito em análise do discurso: do desdobramento à fragmentação*, Porto Alegre, no prelo, 2005.

LEENHARDT, J. e Picht, R. *Au jardin des malentendus*, Paris, Actes Sud, 1989.

_____. *Livro das mil e uma noites*, ramo sírio, traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche, São Paulo, editora Globo, 2005.

_____. Meschonnic, H. *Des mots et des mondes*, Paris, Hatier, 1991.

ORLANDI, E. P. "A incompletude do sujeito" in *Sujeito e Texto*, São Paulo, EDUC/PUC, 1988.

ORLANDI, E. P. *Interpretação*, Petrópolis, Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto*, Campinas, Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.

RANCIÈRE, J. *Les noms de l'histoire*, Paris, editions du Seuil, 1992.

ROBIN, R. *Le deuil de l'origine: une langue en trop, la langue en moins*, Paris. Edition Kimé, 2003.

VIDAL- NAQUET, P. "Préface" in *Histoire de l'autre*, Paris, Liana Levi, 2003.